

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tropicália Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tropicália Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes contidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 1º de março de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração".

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o "Relatório da Administração", e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“TROPICÁLIA” ou “Companhia”), correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com as respectivas notas explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes em cumprimento às disposições legais e estatutárias.

Histórico

Em 28 de Outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245 km de extensão, foi constituída a SPE Tropicália Transmissora de Energia (“Tropicália”).

A Linha de Transmissão em 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional – SIN. A nova Linha deverá aumentar a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 – ANEEL, foi assinado em 10 de fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047.

O Empreendimento

Em 21 de setembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o Ato Declaratório Executivo nº 146, concedendo a sociedade a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

Por meio da portaria nº 310 de 23 de outubro de 2017, do Ministério de Minas e Energia, a Sociedade teve seu Projeto de Energia Elétrica enquadrado como prioritário, o que reforça a sua importância para o Sistema Interligado Nacional (SIN).

O Estado da Bahia concedeu por meio da Resolução nº 16/2018, o PROBAHIA – Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia, o benefício consiste em redução de 40% (quarenta por cento) do ICMS nas entradas decorrentes de aquisições interestaduais relativamente ao diferencial de alíquota, publicada em DOU em 19 de junho de 2018.



Em 27 de setembro de 2018, foi aprovado pelo MME, através da Portaria 214, o enquadramento da Companhia como projeto prioritário para o Reforço em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica (SAPEAÇU).

Em 17 de dezembro de 2018, foi publicado no Diário Oficial da União, o Ato Declaratório Executivo nº 205, concedendo a Companhia a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), para Reforço em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica (SAPEAÇU).

Para o desenvolvimento do projeto, foi firmado o contrato de Construção da Linha de Transmissão com a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda., o contrato de fornecimento de cabos com a Alubar Metais e Cabos S.A. e o contrato de Construção das entradas de linha nas Subestações com a Siemens Ltda. Tais contratos definem como sendo de responsabilidade integral das contratadas todo o processo de engenharia, compra de equipamentos/materiais e construção do empreendimento. Os contratos contam com as garantias usualmente utilizadas neste tipo de contratação para assegurar que o empreendimento seja concluído no prazo e no custo acordado.

Para atuar na área fundiária, foi contratada a Empresa de Cadastramento Avaliações e Regularizações Imobiliárias Ltda. – Ecari e para as atividades de meio ambiente foi contratada a Dossel Ambiental Ltda.

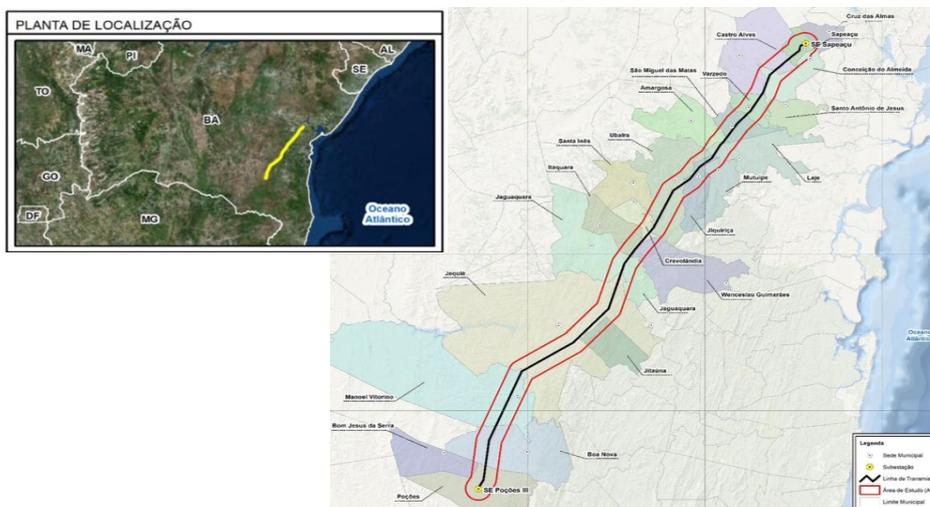
Para auxiliar na gestão do projeto, a Laureano & Meirelles Engenharia Ltda. – LM Engenharia, foi contratada para exercer as atividades de Engenharia do Proprietário.

Embora a obrigação contratual da Companhia de entrar em operação comercial fosse apenas em 09/02/2022, antecipamos o início para 25/01/2021 através do Termo de Liberação Definitivo – TLD emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e por meio da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020, anexo IV, ficou estabelecido, receitas anuais permitidas, no montante de R\$ 86.836.

Em março de 2021, o controle da Tropicália Transmissora de Energia S A, foi transferido para o BTG Pactual Dividendos Infra (BDIV11), Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.



Localização



Licenciamento Ambiental

A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias ao início da implantação do Projeto. Conforme destacadas abaixo:

- Licença Prévia (LP), emitida pelo IBAMA no dia 5 de dezembro de 2017;
- Licença de Instalação (LI), emitida pelo IBAMA no dia 21 de junho de 2018.
- Licença de Operação (LO), emitida pelo IBAMA no dia 12 de janeiro de 2021.

Financiamento

A Tropicália emitiu com o Banco Santander do Brasil S.A. debêntures simples, no valor de R\$ 407.000.000,00 (quatrocentos e sete milhões de reais), para captação de recursos no mercado de capitais local.

Os recursos oriundos dessa captação foram suficientes para concluir toda a construção do empreendimento.

- Prazo: 24 anos (até agosto de 2043)
- Custo: IPCA + 5,0921%.
- Carência: 36 meses (até agosto de 2022)
- Juros apurados semestralmente ocorrendo o 1º Pagamento em agosto de 2021
- Amortização e juros exigíveis semestralmente após a carência

Desempenho Econômico – Financeiro

A Companhia adotou a CPC 47/ IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018.

A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos.

Abaixo um resumo dos principais números da Companhia:

Balanco Patrimonial Societário

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa	8
Títulos e valores mobiliários	16.838
Depósito vinculado	11.122
Concessionárias e permissionárias	10.969
Despesas antecipadas	1
Imposto de renda retido na fonte	2.460
Outros ativos circulantes	31
Concessão do serviço público (ativo contratual)	82.109
	<hr/>
	123.538

Não Circulante

Realizável a longo prazo	
Depósito vinculado	13.842
Concessão do serviço público (ativo contratual)	809.574
Despesas antecipadas	-
Outros ativos não circulantes	44
Imobilizado	160
Intangível	57
	<hr/>
	823.677

Total do Ativo

947.215



Passivo Circulante

Fornecedores	9.830
Impostos e contribuições a recolher	2.346
Outros passivos circulantes	621
Dividendos	-
Debêntures	10.355
Encargos setoriais	583
	<u>23.735</u>

Não Circulante

Tributos Diferidos	120.143
Debêntures	513.253
	<u>633.396</u>

Patrimônio líquido

Capital social	58.000
Reserva Legal	11.314
Reserva de lucros a realizar	167.030
Reserva Especial	53.740
	<u>290.084</u>

Total do Passivo e Patrimônio Líquido 947.215

Contabilidade Regulatória		
	2021	2020
Ativo Total	583.189	527.262
Patrimônio Líquido	46.199	36.989
Prejuízo Líquido	(7.835)	(69.019)

Agradecimentos

A Administração demonstra seu agradecimento aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2021 foram possíveis através do comprometimento, dedicação e competência demonstrados. A Administração.



Conteúdo	Página
Balanço patrimonial	9
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		8	25	Fornecedores	7	9.830	9.260
Títulos e Valores Mobiliários	3	16.838	25.209	Impostos e contribuições a recolher		2.346	673
Depósito vinculado	4	11.122	-	Outros passivos circulantes		621	569
Concessionárias e Permissionárias	5	10.969	-	Dividendos	10c	-	17.046
Despesas antecipadas		1	409	Debêntures	9	10.355	1.319
Imposto de renda retido na fonte		2.460	3.871	Encargos Setoriais		583	-
Outros ativos circulantes		31	40			<u>23.735</u>	<u>28.868</u>
Concessão do serviço público (ativo contratual)	6	82.109	-				
		<u>123.538</u>	<u>29.554</u>	Não circulante			
				Tributos Diferidos	8a	120.143	120.951
				Debêntures	9	513.253	461.408
						<u>633.396</u>	<u>582.359</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Realizável a longo prazo				Capital social	10a	58.000	58.000
Depósito vinculado	4	13.842	-	Reserva Legal	10b	11.314	11.314
Concessão do serviço público (ativo contratual)	6	809.574	855.784	Reserva de lucros a realizar	10d	167.030	168.631
Despesas antecipadas		-	340	Reserva Especial	10e	53.740	36.694
Outros ativos não circulantes		44	45			<u>290.084</u>	<u>274.639</u>
Imobilizado		160	72				
Intangível		57	70				
		<u>823.677</u>	<u>856.311</u>				
Total do ativo		<u>947.215</u>	<u>885.865</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>947.215</u>	<u>885.866</u>

Notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	11	56.579	158.696
Remuneração do ativo de concessão	11	104.853	89.589
(-) Ajuste do ativo de contrato		(38.467)	55
Custo de construção	12	(41.675)	(97.213)
Custo de operação e manutenção	13	(5.144)	-
Lucro bruto		<u>76.146</u>	<u>151.072</u>
Despesas Operacionais	14	<u>(3.216)</u>	<u>(2.851)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>72.930</u>	<u>148.221</u>
Receita Financeira		574	2.288
Despesa Financeira		<u>(75.864)</u>	<u>(41.544)</u>
Resultado financeiro	15	(75.290)	(39.256)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(2.360)</u>	<u>108.965</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	8b	<u>759</u>	<u>(37.193)</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		<u><u>(1.601)</u></u>	<u><u>71.772</u></u>
Resultado por ação		(0,016)	0,711

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(1.601)	71.772
Resultado abrangente total	<u>(1.601)</u>	<u>71.772</u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Reserva de capital	Reserva de capital a integralizar	Reserva de lucros			Lucro ou Prejuízos acumulados	Total
					Reserva Legal	Reserva de Lucros a realizar	Reserva Especial		
Em 31 de dezembro de 2019	10	96.000	5.001	(5.000)	7.725	117.493	7.141	-	228.360
Redução de Capital Social		(38.000)	-	-	-	-	-	-	(38.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	71.772	71.772
Constituição de reservas		-	(5.001)	5.000	3.589	51.138	29.553	(54.726)	29.553
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	(17.046)	(17.046)
Em 31 de dezembro de 2020	10	58.000	-	-	11.314	168.631	36.694	-	274.639
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.601)	-	-	(1.601)
Constituição de reservas		-	-	-	-	-	17.046	-	17.046
Em 31 de dezembro de 2021	10	58.000	-	-	11.314	167.030	53.740	-	290.084

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(1.601)	71.772
Ajuste			
Depreciação e amortização		30	72
Juros e atualização sobre debêntures e financiamentos	9	73.124	41.087
Remuneração e margem de ativo de contrato	6	(66.385)	(151.072)
		5.168	(38.140)
Variações nos ativos e passivos			
Concessionárias e permissionárias		(10.969)	-
Ativo de contrato		72.161	-
Despesas antecipadas		749	417
Imposto de renda retido na fonte		1.411	(1.931)
Outros ativos		9	(4)
Fornecedores		571	(10.758)
Impostos e contribuições a recolher		1.673	(141)
Impostos diferidos		(808)	37.211
Juros pagos	9	(12.243)	-
Outros passivos		635	(380)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>58.357</u>	<u>(13.727)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo financeiro da concessão	6	(41.675)	(97.213)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(104)	(37)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(190.744)	(221.441)
Resgate em títulos e valores mobiliários		174.149	370.396
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>(58.374)</u>	<u>51.705</u>
Redução do capital social		-	(38.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>-</u>	<u>(38.000)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(17)	(22)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>25</u>	<u>46</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>8</u>	<u>25</u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Tropicália Transmissora de Energia S.A., (“TROPICÁLIA” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de Abril de 2016.

Em 28 de Outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha deverá aumentar a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de Fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047.

Para a construção da linha a Companhia usufruiu dos benefícios do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) conforme o Ato Declaratório Executivo nº 146 publicado no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2017; e do PROBAHIA - Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia, que consiste em redução de 40% (quarenta por cento) do ICMS nas entradas decorrentes de aquisições interestaduais relativamente ao diferencial de alíquota, concedido através da Resolução nº 16/2018 publicada em DOU em 19 de junho de 2018.

A concessionária é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$ 76,7 milhões - base jul/16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia entrou em operação em janeiro de 2021 através do Termo de Liberação Definitivo – TLD emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e por meio da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020, anexo IV, ficou estabelecido, receitas anuais permitidas, no montante de R\$ 86.836. Em 02 de julho de 2021 foi emitida pela ANEEL Nota Técnica nº 149/2021 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2021-2022 no valor de R\$ 95.431.

1.1 Impactos do COVID 19

1.1.1 Contexto Geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

1.1.2 Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, contudo, inicialmente a Companhia não adotou nenhuma medida de assistência governamental.

1.1.3 Impacto nas demonstrações financeiras

Considerando o estágio da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e adotou as seguintes medidas:

- adiamento de todas as atividades de manutenção não essenciais, desde que não comprometam a segurança operacional;
- monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares;
- substituição das reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;
- campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações;
- reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório;
- fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores;
- fixação de dispenser de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo;
- fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre os cuidados de prevenção sobre o Coronavírus;

A Companhia preservou o caixa, teve geração positiva de caixa em 2021 e 2020, pagou empréstimos e fornecedores, não precisou acessar financiamentos externos e não sofreu nada relevante que possa afetar a continuidade ou a realização dos ativos.

Os impactos do COVID-19 foram baseados nas melhores estimativas da Administração e não foram relevantes para a Companhia.

1.1.4 Impacto nas demonstrações financeiras

Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a lei das S.A.) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de março de 2022.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

1.2 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 2.4 de Avaliação dos Instrumentos Financeiros.

1.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Item significativo sujeito a essa estimativa e premissa incluem:

- (i) critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa nº 1.6.3;

1.6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

1.6.1 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- (i) *Ativos financeiros*
Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Classificação e mensuração subsequente

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da Administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;
- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

O não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

1.6.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito esperado (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

1.6.3 Contrato de concessão de serviços públicos - Ativo contratual

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a TROPICALIA regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

1.6.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

1.6.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia possui como regime de apuração o lucro real por estimativa.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre a receita operacional, aplicando alíquota de imposto de renda e contribuição social. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

1.6.6 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

1.6.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

1.6.8 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

1.6.9 Dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme divulgado na Nota Explicativa N° 9e.

1.7 Mensuração do valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

1.8 Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

2 Gestão de risco financeiro

2.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

No que concerne as contas a receber, a RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c. Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- (i) *Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, outros ativos e fornecedores*
Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

2.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

2.3 Instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado

	31/12/2021	
	<u>Valor justo por meio do resultado</u>	<u>Total</u>
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	8	8
Títulos e valores mobiliários	16.838	16.838
Depósito vinculado	24.964	24.964
	<u>41.810</u>	<u>41.810</u>
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Debêntures	523.608	523.608
	<u>523.608</u>	<u>523.608</u>
	31/12/2020	
	<u>Valor justo por meio do resultado</u>	<u>Total</u>
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	25	25
Títulos e valores mobiliários	25.209	25.209
Depósito vinculado	-	-
	<u>25.234</u>	<u>25.234</u>
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Debêntures	462.727	462.727
	<u>462.727</u>	<u>462.727</u>

2.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.5 Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (Cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

2021					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
			2,44%	4,44%	6,44%
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	8	1	1	2
	Titulos e valores mobiliários	16.838	411	748	1.084
	Depósito vinculado	24.964	609	1.108	39
			8,06%	10,06%	12,06%
IPCA %	Debêntures	523.608	42.203	52.675	63.147
2020					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
			0,75%	2,75%	4,75%
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	25	0	1	2
	Titulos e Valores Mobiliários	25.209	189	693	1.197
	Depósito vinculado	-	-	-	-
			2,31%	4,52%	6,31%
IPCA %	Debêntures	462.727	10.689	20.915	29.198

3 Títulos e valores mobiliários

Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Certificados de depósitos bancários	16.838	25.209
	<u>16.838</u>	<u>25.209</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDB realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4 Depósito vinculado

Referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de emissão de debêntures, com a finalidade de garantia real.

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Certificados de depósitos bancários	11.122	-
	<u>11.122</u>	<u>-</u>
Não Circulante		
Certificados de depósitos bancários	13.842	-
	<u>13.842</u>	<u>-</u>

5 Concessionárias e Permissionárias

Concessionárias e Permissionárias	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	10.849	-
Vencido	120	-
	<u>10.969</u>	<u>-</u>

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessárias ajuste a valor presente. A Companhia não possui provisão para perda esperada de crédito

6 Concessão do serviço público (ativo contratual)

A movimentação dos saldos referente aos aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	<u>855.784</u>	<u>607.498</u>
Aquisição de ativo de concessão	41.675	97.213
Remuneração do ativo de contrato	102.769	89.589
Margem do ativo de contrato	2.084	61.484
(-) Remensuração da margem de construção	(38.468)	-
(-) Recebimentos	<u>(72.161)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>891.683</u>	<u>855.784</u>
	31/12/2021	31/12/2020
Concessão do serviço público (Ativo contratual) – Circulante	82.109	-
Concessão do serviço público (Ativo contratual) - Não circulante	809.574	855.784

7 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda	2.145	2.347
Siemens Ltda	6.489	6.395
Dossel	654	-
Outros	542	518
	<u>9.830</u>	<u>9.260</u>

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Diferido ativo		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	17.262	15.434
Bases negativas de contribuição social	6.265	5.598
	<u>23.527</u>	<u>21.032</u>
Diferido passivo		
Imposto de renda diferido	105.639	104.398
Contribuição social diferida	38.031	37.584
	<u>143.669</u>	<u>141.982</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	<u>120.143</u>	<u>120.951</u>

Os impostos diferidos passivos foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Companhia.

b. Efeitos no resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(2.360)	108.965
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	(803)	37.048
Bônus e gratificações	34	99
Outros	9	46
	<u>(760)</u>	<u>37.193</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	111	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(871)	37.193
	<u>(760)</u>	<u>37.193</u>

9 Debêntures

Em julho de 2019 a Companhia assinou um mandato com o Banco Santander do Brasil S/A para coordenar a emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 407.000 mil, em regime de garantia firme de colocação para captação de recursos no mercado de capitais local.

- **Prazo:** 24 anos (até agosto de 2043)
- **Custo:** IPCA + 5,0921%.
- **Carência:** 36 meses (até agosto de 2022)
- Juros apurados semestralmente - 1º pagamento efetuado em agosto de 2021
- Amortização e juros exigíveis semestralmente após a carência
-

Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures	IPCA + 5,0921%	<u>523.608</u>	<u>462.727</u>
Principal		407.000	407.000
Juros		116.608	55.727
Passivo circulante		<u>10.355</u>	<u>1.319</u>
Passivo não circulante		<u>513.253</u>	<u>461.408</u>

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

Debêntures	31/12/2020	Aquisição			Amortização		31/12/2021
		Principal	Juros	Atualização Monetária	Principal	Juros	
Debêntures	478.351	-	25.100	48.024	-	(12.243)	539.232
Custos de captação incorridos na captação	(15.624)	-			-	-	(15.624)
Total:	462.727	-	25.100	48.024	-	(12.243)	523.608

Os vencimentos das parcelas do não circulante são as seguintes:

Vencimentos	2021
2023	2.313
2024	3.471
2025	3.470
Após 2025	<u>503.999</u>
	513.253

Vencimentos	2020
2022	578
2023	2.313
2024	3.471
2025	3.470
Após 2025	451.576
	<hr/> 461.408

Garantias concedidas

- Fiança Bancária para 100% da dívida até completion
- Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios / Emergentes da Concessão

Covenants financeiros

Devido a essa debêntures, a Companhia fica obrigada a cumprir o seguinte índice:

- O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com a base no EBTIDA nas demonstrações financeiras regulatórias.

Todas as cláusulas restritivas requeridas estão sendo atendidas.

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro 2021 e 2020 é de R\$ 58.000 (cinquenta e oito milhões de reais), representados por 101.000.500 ações ordinárias sem valor nominal. No dia 26 de março de 2021, houve transferências das ações, resultando em um único acionista, conforme Livro de Registro de Ações passando a ser apresentado da seguinte forma:

	31/12/2021	
	Quantidade de ações	Participação %
BTG Pactual Infraestrutura Dividendos Fundo de Invest.Particip. Infraestrutura	58.000	100,00
	<hr/> 58.000	<hr/> 100
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	2020	
	Quantidade de ações	Participação %
Tropicalia Fundo de Investimento em Participações	26.502	45,69
Fundo de Investimento em Participações Development fund Warehouse	16.193	27,92
BTG Pactual Energia 3 Fundo de Investimento em Participações	9.529	16,43
BTG Pactual Infraestrutura II Energia Fundo de Investimento	5.776	9,96
	<hr/> 58.000	<hr/> 100
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

b. Reserva de Capital

Em 24 de novembro de 2020, foi deliberado o cancelamento de integralização do total destinado a conta de reserva de capital.

c. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembléia Geral.

d. Reserva legal e de lucros retidos

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

No exercício de 2021, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 1.601, não gerando resultados a serem distribuídos. A destinação concernente a reserva legal em 2020 foi no valor de R\$ 3.587.

A reserva de lucros a realizar refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender às limitações do orçamento de caixa da Companhia a ser aprovada em conselho da administração.

No exercício de 2021, a Companhia conforme mencionado acima, não gerou reservas a serem constituídas. O valor destinado a reserva de retenção de lucros no exercício de 2020, foi no montante de R\$ 51.112.

(i) Dividendos propostos

No exercício de 2021, a Companhia não constituiu dividendos, visto que apurou prejuízo no exercício.

No exercício de 2020, foi constituído dividendo mínimo no valor de R\$ 17.037, com a seguinte base de cálculo:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro/ prejuízo líquido do exercício	(1.601)	71.772
Constituição de reserva legal (5%)	-	3.587
Base de cálculo do dividendo	-	68.186
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	17.046

e. Reserva Especial

De acordo com a Lei 6.404/76, § 4º do art. 202 o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembléia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Concernentes a reversões dos provisionamentos dos dividendos mínimos obrigatórios foram realizadas as seguintes deliberações:

- Assembléia Geral Ordinária de 08 de abril de 2020 deliberando a reversão do valor de R\$ 29.553 de dividendos mínimos obrigatórios de 2019;
- Assembléia Geral Ordinária de 13 de abril de 2021 deliberando a reversão do valor de R\$ 17.046 dos dividendos mínimos obrigatórios de 2020.

Esses dividendos não eram compatíveis com a situação financeira da Companhia.

11 Receita bruta

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remuneração do ativo de concessão	102.769	89.589
Receita de construção	5.292	158.696
Receita de O&M	21.652	-
Outrs receitas	3.476	-
Total da receita bruta	133.190	248.285
(-) Pis/Cofins	(8.999)	-
(-) Encargo setorial	(1.226)	-
Total da receita líquida	120.965	248.285

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão mensuradas sob o escopo do CPC 47 passaram a ser contabilizadas da seguinte forma:

- Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções do projeto, sobre o custo de construção.
- Receita de remuneração do ativo de contrato: calculada com base na taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual.
- Receita de operação e manutenção: reconhecida através dos AVCs disponibilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS.
- Outras receitas: proveniente de valor não arrecadado na apuração mensal dos serviços e encargos a título de Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão, em função dos descontos incidentes sobre as tarifas de que trata a Resolução Normativa nº 77.

12 Custo de construção

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal	-	(77)
Administradores	-	(728)
Material	(17.572)	(26.508)
Serviços de terceiros	(23.354)	(69.255)
Aluguéis	-	(195)
Seguros	(749)	(450)
	<u>(41.675)</u>	<u>(97.213)</u>

Os custos de serviços de terceiros, foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Companhia.

13 Custos de operação e manutenção

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(139)	-
Administradores	(65)	-
Material	(508)	-
Serviços de terceiros	(4.015)	-
Aluguéis	(182)	-
Seguros	(131)	-
Impostos e Taxas	(104)	-
	<u>(5.144)</u>	<u>-</u>

14 Despesas operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(894)	(1.091)
Administradores	(1.165)	(693)
Material	(66)	(42)
Serviços de terceiros	(902)	(795)
Depreciação	(30)	(72)
Aluguéis	(144)	(148)
Impostos e taxas	(15)	(10)
	<u>(3.216)</u>	<u>(2.851)</u>

15 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(206)	(457)
Juros e Atualização s/ Debêntures	(73.124)	(41.087)
Outras despesas financeiras	(2.534)	(1)
	<u>(75.864)</u>	<u>(41.544)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	512	2.275
Outras receitas financeiras	62	13
	<u>574</u>	<u>2.288</u>
	<u>(75.290)</u>	<u>(39.256)</u>

16 Meio ambiente

A Companhia obteve Licença Ambiental necessária para iniciar as suas operações. Conforme destacadas abaixo:

- a Licença Operação (LO) emitida pelo IBAMA em janeiro de 2021.

17 Seguros

Em dezembro de 2021, a cobertura de seguros era composta de:

Risco	Apólice	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil	28.522.021.002.103.500.000.000	01/01/2021 a 01/01/2022	34
Riscos Operacionais	46.692.020.100.101.100.000.000	01/01/2021 a 01/01/2022	83
Veículo	8.769.900.244.059.900	15/01/2021 a 15/02/2022	2
Veículo	8.769.900.244.060.340	04/02/2021 a 04/02/2022	4

18 Honorário dos administradores

O total pago, no exercício de 2021 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$ 625 e em 2020 o montante foi de R\$ 1.258.

19 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável

São constituídas provisões.

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível

As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto

Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações Financeiras.

Em 31 dezembro de 2021, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável.

A Companhia possui a seguinte causa como possível, no montante de R\$ 49:

- a) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ECARI (responsabilidade solidária), com pedidos de declaração de rescisão indireta; salários; recolhimento, liberação e indenização sobre F.G.T.S; multas dos art. 467 e 477 da C.L.T.; indenizações e honorários advocatícios. Em 31 de dezembro de 2021 não foi registrada provisão de contingências decorrentes desse processo.

* * *

Rosane Cristina Marques de Souza
Diretora

Gliciera dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC 116761/O-0